

Análise de documentos/fontes

Analisar um documento escrito

O Conselho da Revolução apreciou a situação da economia na atual fase do processo revolucionário português, verificando, designadamente, a deficiente utilização da capacidade produtiva do país em recursos humanos e materiais, acompanhada da redução do nível de investimento, o crescente desequilíbrio da balança de pagamentos e a persistência da pressão inflacionista, embora em atenuação nos últimos meses.

Tal situação é consequência natural do desenvolvimento dum processo revolucionário que tem vindo a dismantelar o poder do capital monopolista, agravada pela reação dos seus detentores, que a todo o custo têm tentado impedir a perda dos seus privilégios.

Vivemos assim uma crise largamente resultante não só das estruturas económicas do fascismo e colonialismo como da desagregação do sistema capitalista em Portugal. É agora necessário e imperioso reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo. Está em causa consolidar os primeiros concretos da nossa revolução socialista e realizar novos avanços nessa direção.

[...]

O Conselho da Revolução analisou os trabalhos em curso no âmbito do Conselho Económico relativo à preparação dos programas de medidas económicas de emergência, tendo definido as seguintes orientações gerais:

– É necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles. Isto implica a afirmação clara do princípio de controlo organizado de produção pelos trabalhadores para objetivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos centrais de planeamento segundo esquemas a definir com brevidade. [...]

– Deverão ser completados os passos já dados no sentido da nacionalização dos setores básicos de atividade económica (indústria, transportes e comunicações).

– Deverá ser aplicado um programa progressivo de reforma agrária integrado num todo coerente de medidas de política económica.

[...]

Com estas e outras medidas, como nacionalização de atividade económica, contenção dos preços essenciais, reforma agrária, o Conselho da Revolução espera legitimamente conseguir a mobilização dos trabalhadores, tão necessária à construção da sociedade desejada pelo povo português.

O socialismo é tarefa dos trabalhadores, Comunicado do Conselho de Revolução, 19 de abril de 1975

Regras de análise

A - Identificar o documento

– natureza (ver quadro);

– autor (profissão, época em que viveu, seu papel na História, sua relação com a temática abordada);

– data (data de redação/publicação. A data da publicação nem sempre coincide com a da redação. É esta última que permite a contextualização do documento);

– local ou região onde foi produzido.

B- Identificar o tema tratado (distinguir a informação principal da acessória).

C- Identificar o contexto histórico (período / acontecimentos em que se enquadra o assunto do texto).

D- Interpretar o documento (esclarecimento de vocábulos ou frases cujo sentido lhe suscite dúvidas; explicação das ideias centrais).

E- Mostrar o interesse histórico/fiabilidade do documento para o estudo do assunto em causa (finalidade da sua produção, relação do autor com o assunto tratado, erros ou omissões).

A evitar na análise do documento

- A- A mera paráfrase do documento, isto é, a repetição do texto por outras palavras.
- B- Dizer tudo o que estudou sobre o assunto em causa sem lhe ter sido pedido.
- C- Fazer juízos de valor sobre o assunto tratado ou sobre as personalidades mencionadas.

PRINCIPAIS TIPOS DE TEXTO		EXEMPLOS
HISTÓRICO	POLÍTICO	Discurso, programa político, manifesto ...
	JURÍDICO	Leis, acordos, tratados, ...
	RELIGIOSO	Extrato da Bíblia, do Corão, ata de um concílio
	LITERÁRIO	Peça de teatro, romance, poesia, crónicas...
	JORNALÍSTICO	Artigos de jornal e revista
	TESTEMUNHO	Diário, carta, memória, autobiografia, entrevista
HISTORIOGRÁFICO		Produção dos historiadores do século XIX até aos nossos dias

QUESTÕES

1. Apresente o documento.
2. Identifique o tema tratado.
3. Esclareça o contexto em que o documento foi produzido.
4. Explícite as ideias-chave do texto.
5. Avalie a fiabilidade do documento, enquanto fonte histórica.

Nota: Adaptado: Manual Porto Editora/ Areal Editores

Comentário

1. O documento transcrito é um comunicado do Conselho da Revolução, órgão de Estado de cariz militar, criado em 14 de março de 1975. Trata-se, pois, de um documento de índole política, redigido nos primeiros tempos de vigência daquele órgão (abril de 1975).

2. O documento aborda questões essencialmente económicas, centrando-se no processo de transição para a sociedade socialista que, à época, se pretendia implantar em Portugal.

3. Um ano após a «revolução dos cravos», Portugal vivia um clima de grande instabilidade, marcado pelos confrontos políticos e pela agitação popular. Longamente desejada, a liberdade trazida pelo 25 de Abril desencadeou uma vaga reivindicativa gigantesca, marcada por grandes manifestações de rua e por um ciclo ininterrupto de agitação laboral. Os ideais socialistas, há muito abafados, fizeram-se rapidamente ouvir e as suas propostas conquistaram largos setores do MFA. Poucos meses após o golpe militar, era já nítida a inflexão à esquerda de altos responsáveis do movimento e o objetivo de implantar uma democracia de tipo ocidental parecia, então, ultrapassado por um projeto de transformação social profunda.

É este revolucionarismo emergente que as forças mais conservadoras, encabeçadas pelo general Spínola, tentam, em vão, conter: primeiro, através de uma gigantesca manifestação (nunca realizada) que, percorrendo a capital em 28 de setembro, daria expressão à «maioria silenciosa» dos portugueses que não se revia no projeto socialista; depois, através de um golpe militar, desferido em 11 de março de 1975.

Estas duas tentativas, ambas fracassadas, contribuíram para reforçar a fação esquerdista do MFA: considerando o 11 de março uma evidência de «escalada reacionária» que pretendia destruir as «conquistas de Abril», altos dirigentes do movimento assumem inequivocamente o propósito de conduzir o país rumo ao socialismo e criam as imprescindíveis estruturas revolucionárias: a Assembleia do MFA, espécie de órgão legislativo do movimento, e o Conselho da Revolução que, devidamente institucionalizado, recebeu amplos poderes de Estado, bem como a missão de dirigir o PREC (Processo Revolucionário em Curso).

É exatamente neste clima de idealismo revolucionário que o recém-criado Conselho da Revolução emite o comunicado transcrito.

4. O comunicado começa por ressaltar a difícil situação económica em que o país se encontra e que, numa lógica marxista, é imputada quer ao processo de desagregação do capitalismo, quer à resistência dos grupos economicamente dominantes, detentores do «capital monopolista». Vendo a construção do socialismo como um processo que conduz à justiça social, em benefício dos trabalhadores, o Conselho da Revolução considera imprescindível que estes participem, de forma empenhada, na tarefa de o construir.

Assim, são enumeradas várias medidas que, à partida, contribuiriam para identificar os trabalhadores com as mudanças em curso. Entre elas, conta-se a nacionalização dos setores básicos da economia, uma das primeiras decisões do Conselho da Revolução. No mesmo dia em que foi institucionalizado

(14 de março), este órgão procedeu à nacionalização da Banca tendo, poucos dias depois, nacionalizado um leque mais vasto de grandes empresas afetas a setores estratégicos da economia (petrolíferas, siderurgia, companhias elétricas, transportes). Refere-se igualmente o processo de coletivização dos latifúndios do Sul do país – a reforma agrária – a que um decreto de julho desse mesmo ano dará suporte legal.

Medidas como estas, de acentuado cariz coletivista, concorreriam para que os trabalhadores sentissem como «tarefa deles e para eles» a «construção socialista da economia», exercendo um efetivo controlo sobre a produção. Deste modo, estariam criadas as condições para prosseguir a marcha rumo ao socialismo que o Conselho da Revolução considera corresponder aos anseios do povo português.

5. O documento transcrito é uma fonte primária de grande valor para o estudo do período pré-constitucional. Emitido por um órgão colegial do Estado, espelha, sem ambiguidades, a corrente de pensamento que predominava no poder político português, à época em que foi produzido.